



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 4

“CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiras, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)
Ernelo Schallenger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

RESUMOS APROVADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA (autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)

O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)
REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ-1608-1639 (autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)

O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (autor(es/as): Franciele Cristina Neves)

A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI (autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)

Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea (autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini)

Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. (autor(es/as): RONALDO SILVA)

INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERALISTA? (autor(es/as): Victor Alves Pereira)

Sankofá- Abaeté: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes (autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)

SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)

MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)
Luís Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)
Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)
Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIADO SUL. (autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP (autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)

REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTA GROSSA (PR) (autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)

ÍNDIOS, TAPUIOS E “CABOCOS”. CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. (autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)

TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG (autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)

ARELAÇÃO SER HUMANO/NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. (autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).

MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente, os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)
Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)
Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)
Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

“OUTROS” IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES (autor(es/as): **Carla Beatriz Santos Menegaz**)

100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina (autor(es/as): **iolanda cristina dos santos**)

Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia” (autor(es/as): **Karen Andrea Vásquez Puerta**)

A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA (autor(es/as): **Luana Nunes Martins de Lima**)

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (autor(es/as): **Maisa França Teixeira**)

A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa (autor(es/as): **Paulo Henrique Heitor Polon**)

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (autor(es/as): **Saulo Ribeiro dos Santos**)

IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE (autor(es/as): **Solimar Guindo Messi as Bonjardim**)

MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insituídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)

Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)

Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS (autor(es/as): **ALEXANDRA PINGRET**)

PELOTÓN MARIANA GRAJALES: O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 (autor(es/as): **Andréa Mazurok Schactae**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMONIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS (autor(es/as): **Edinara Terezinha de Andrade**)

As mulheres do tráfico e a violência de gênero (autor(es/as): **Fernanda Pereira Luz**)

ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL (autor(es/as): **Francine Magalhães Brites**)

OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS (autor(es/as): **Gustavo Luiz Ferreira Santos**)

Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência (autor(es/as): **Priscilla de Castro Campos Leitner**)

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS (autor(es/as): **Rafael da Silva Santiago**)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA (autor(es/as): **Reinaldo Kovalski de Araujo**)

O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR (autor(es/as): **RENATO PEREIRA**)

MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas “sociedades tradicionais” ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritmetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das “sociedades tradicionais” e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)

Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosario - (UNR- ARGENTINA)

Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)

Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)

Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): Janaína Mourão Freire).

AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL (autor(es/as): **JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA**)
RECONHECIMENTO DAS ICCAS (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. (autor(es/as): **Luciene Cristina Risso**)

MR4.6. História e Literatura na América Latina

EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intrincado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas “redes de interlocução”, bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)

Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)

Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)

Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente (autor(es/as): **Amanda Leite de Sampaio**)

O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS – UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO (autor(es/as): **CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA**)

O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Bahia 1860: o Brasil de Maximiliano (autor(es/as): **Flávia Silvestre Oliveira**)

OS INTELLECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República (autor(es/as): **PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS**)

MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egúez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, observada, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao “esteticismo brando” regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)

Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)

Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguai - (PARAGUAY)

Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevideú - (URUGUAI)

Gustavo Pavel Egúez: Artista Plástico - (EQUADOR)

RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas (autor(es/as): **Alexandra Santo Anastacio**)

PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS (autor(es/as): **Beatriz Helena Furlanetto**)

INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS (autor(es/as): **Eder Augusto Gurski**)

DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMORIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA (autor(es/as): **Fabiana Anciutti Orreda**)

O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE (autor(es/as): **JEAN CARLOS GONÇALVES**)

FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. (autor(es/as): **Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**)

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA

(autor(es/as): **Rafael Schultz Myczkowski**)

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): Sandra Rangel de Souza)

O Autorretrato Ampliado (autor(es/as): **Terezinha Pacheco dos Santos Lima**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil



A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Saulo Ribeiro dos Santos¹

Professor Mestre da Universidade Federal do Maranhão

Geyza Antônia de Souza Ribeiro²

Pesquisadora Pós-Graduada da Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

São Luís do Maranhão é conhecida por suas belezas arquitetônicas de origem portuguesa e também por sua rica cultura popular. Neste estudo, analisa-se como o turismo influencia a comunidade quanto à criação do orgulho de sua identidade cultural, focando o universo da pesquisa em São Luís do Maranhão. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e empírica, tendo sido realizada, ainda, uma pesquisa de campo para obtenção dos dados. Os resultados apontam que o turismo possui meios para valorizar a cultura local, quando bem planejado e organizado. Conclui-se que é necessária a realização de políticas públicas de turismo e ações de marketing para que o turismo possa promover o sentimento de pertencimento da cultura popular maranhense.

Palavras chave: São Luís do Maranhão. Turismo. Identidade cultural.

INTRODUÇÃO

São Luís (MA), 10 de março de 2009, a capital do Estado estava prestes a receber o título de Capital Brasileira da Cultura e em uma pesquisa de campo realizada no Centro Histórico, o entrevistador deparou-se com a seguinte pergunta de um entrevistado nativo, surpreso com a titulação: Por quê? Só por causa do boi?

Esse questionamento passa, então, a ser tomado como norteador do contexto deste trabalho. Apesar da capital do Estado do Maranhão contar com inúmeras riquezas arquitetônicas, ter o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e ser caldeirão de manifestações culturais, os autóctones não parecem apaixonados pelo que veem, pois muitos desconhecem, e acreditam que títulos como Capital da Cultura não cabem à sua cidade, já outros, têm preconceitos e assimilam a cultura local como algo retrógrado.

¹ Professor do Curso de Turismo da UFMA. Doutorando em Gestão Urbana na PUCPR. saulosantosma@uol.com.br

² Pós-Graduada em Marketing. Pesquisadora da UFMA. geyzasouza3@yahoo.com.br



Objetiva-se, neste estudo, analisar como o turismo influencia a comunidade quanto à criação do orgulho de sua identidade cultural, focando o universo da pesquisa em São Luís do Maranhão.

Para tal, a metodologia desse trabalho desdobra-se em fases complementares entre si, que resultam na compilação de dados necessários para uma futura realização de um plano de endomarketing turístico. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de questionários com ludovicenses em diversos bairros da cidade.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

O turismo se constitui em uma atividade com particularidades que constantemente o coloca como um movimento com propriedades únicas de mercado. Entretanto, para o senso comum, a ideia inicial de Turismólogos se constituírem em passageiros profissionais se mantêm e a noção de que o turismo é atividade sempre voltada ao lazer e diversão também, como se pode ver nas conceituações encontradas no dicionário Michaelis (2002) que o considera como o: 1- Gosto das viagens. 2- Realização das viagens de prazer ou recreio e esporte. 3- Prática esportiva de locomoção, por mero recreio ou prazer de viajar. E o dicionário Aurélio que conceituava o verbete como: "viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse. 2. O movimento de turistas".

Essas explicações não condizem com a realidade, pois, sabe-se que excursões não são consideradas viagens turísticas, por que a temporalidade das viagens difere os dois, pois, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003), turismo é o "[...] o movimento de pessoas a lugar diverso do qual habite por tempo inferior a 360 dias, desde que esta não realize atividades econômicas".

Entretanto esses conceitos simplistas não abarcam a amplitude do fenômeno turístico. O mesmo possui características próprias como a multidisciplinaridade, ou seja, a necessidade de conhecimento em áreas tais como: geografia, biologia, economia, administração, sociologia entre tantas outras, que se origina da capacidade do turismo de impactar vários ambientes, tais como: social, econômico, ambiental, etc. A atividade também possui outra característica que vale citação, é a segmentação, esta se origina no fato de que o turismo funciona a partir de motivações humanas e cada ser humano pode ter inúmeras razões para viajar (LOHMANN, 2008). E é nesse ponto que relaciona-se o



turismo aos inúmeros ambientes e vertentes, formando os seus segmentos, entre eles, o aqui em destaque, turismo cultural.

Devido a essa capacidade mutante e ampla, o turismo não possui um conceito único formado, sendo que os conceitos que mais se aproximam da realidade são os que se baseiam em visões holísticas como o Jafar Jafari encontrado em Beni (2001, p. 36) que afirma que o turismo “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural na área receptora”.

O ato de se deslocar já é realizado pelo homem desde a pré-história quando bandos nômades viviam em constante deslocamento a procura dos melhores lugares para manter sua sobrevivência, entretanto, o ato de viajar que é utilizado pelo turismo atual que não leva em consideração motivações de perpetuação de espécies, vai ter sua origem na antiguidade clássica grega, que de acordo com Rejowsky (2002, p. 18) “[...] o desenvolvimento das viagens floresceu na Antiga Grécia. O mar era um dos principais elementos para a movimentação de pessoas e produtos”.

Os antigos filósofos gregos são considerados os primeiros “turistas” da humanidade, por viajar motivados por sua curiosidade que levaram os mesmos a realizar viagens de reconhecimento pelas cidades gregas da época. Entretanto, os responsáveis pela manutenção e melhoria da atividade foram os romanos, onde a fase do Império e da denominada *pax romana* foi fundamental para o incremento das viagens no cotidiano do homem, que para Rejowsky (2002, p. 24) “[...] a época marcada pela reunificação do império e do mundo sob a égide da *Pax Romana*, criou-se uma ordem de prosperidade propícia à mobilidade dos homens, das mercadorias e das ideias”.

O incremento do comércio, melhorado pela criação de boas condições de transporte e pela rede de estradas pacíficas romanas, e com o conseqüente crescimento de uma espécie de “classe média”, fez com que as viagens motivadas pela procura de lazer se propagassem e fossem realizadas não apenas pela elite, mas também por comerciantes emergentes do império romano.

Seguindo este pensamento, a autora informa que esse período de desenvolvimento da atividade foi bruscamente partido, com o advento do declínio do Império Romano e o início da Idade Média, as invasões bárbaras deram fim a *pax romana* e iniciaram um movimento de terror e insegurança nas estradas, levando a população das cidades para o meio rural, se fechando nos denominados feudos que continham em si tudo para a sobrevivência da população da época. Sendo que de acordo com Rejowsky (2002, p. 32):



Como a vida rural tinha um conjunto de hábitos sedentários e muito enraizados, as viagens não faziam parte da cultura medieval. Vivia-se por força do trabalho e de economias, mas não havia margem de excedentes que permitissem o luxo das viagens e dos lazeres.

Viajar nesse momento histórico era uma tarefa árdua e perigosa que poucos se aventuravam a fazer e quando o faziam era por algum interesse de negociação. Essa situação adversa só foi se modificando quando a Igreja Medieval incentivou as viagens de cunho religioso com a promessa de concessão de indulgências e graças espirituais (REJOWSKY, 2002), fazendo com que as peregrinações se tornassem um fenômeno de massa já nos séculos XIII e XIV e por detrás delas foi criada uma verdadeira indústria turístico-religiosa com o comércio de relíquias paroquiais.

Então, em meio a esse contexto de desenvolvimento iniciou-se um processo denominado de renascimento, que de acordo com Inskip (1991, p. 4):

O renascimento europeu refletiu na melhoria da produtividade da agricultura e o renascimento das cidades, a expansão do comércio e dos negócios, a exploração global e as descobertas européias, o florescimento das artes e da literatura e o começo da moderna ciência.

Esse momento de inovação da vida humana representou para o turismo a crescente motivação para o conhecimento pelo novo. Pode-se dizer que a renascença se constitui em um novo acordar do homem para o mundo, o homem encontra-se nesse momento faminto por conhecimento. Com a crescente importância da ciência, o domínio religioso sofre desgaste e com isso o desejo de explorar e entender o mundo sob uma nova visão representou um grande incentivo às viagens, que nesse momento eram em sua grande maioria motivadas por estudos e experiências, um movimento denominado *Grand Tour*.

Então, o turismo começava a se moldar como a atividade que se conhece hoje, entretanto, as empresas turísticas da época possuíam um nível relativamente baixo de tecnologia e modos rudimentares de lidar com o consumidor, atuando de forma intuitiva e se enquadrando no que Molina (2003, p. 22) denomina de pré-turismo “[...] o pré-turismo tem com o *Grand Tour* como seu expoente máximo, prática que se originou na Europa durante o século XVII, estendendo-se até o século XVIII”.

A partir daí, a atividade turística só cresceu, principalmente com o surgimento de seus embriões organizacionais: os primeiros hotéis urbanos, as primeiras empresas ligadas estritamente a atividade e com o pioneirismo de Thomas Cook, criando assim uma nova fase determinada como turismo industrial primitivo, que no entendimento de Molina (2003, p. 23):

Nesse momento as empresas já contavam com uma estrutura organizacional elementar e pouco diversificada quanto aos serviços que ofereciam. Entretanto, nessa época começaram a ser incorporadas determinadas práticas científicas à gestão administrativa.

Entretanto, o grande “boom” da atividade deu-se a partir da década de 50. Nesse momento histórico o número de turistas em viagens internacionais passou de 25 milhões para 69 milhões em 10 anos, como pode ser visto no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Chegada de turistas em nível mundial

Ano	Chegada (Milhares)	Varição (%)
1950	25.282	-
1960	69.320	174,2
1970	165.787	139,2
1980	287.787	73,6
1990	458.357	59,3
2000	699.000	52,5

Fonte: Adaptado de Organização Mundial de Turismo (2003)

O turismo em um curto período de 10 anos aumentou em 174,2%, causando a massificação da oferta e da demanda. O segmento ícone desta época está no amplamente reconhecido turismo de sol e praia. Nesse momento, as gestões públicas estavam cada vez mais maravilhadas pelas possibilidades econômicas que a atividade trazia para sua localidade e não enxergavam os possíveis impactos negativos causados por esse movimento rápido e massivo (MOLINA, 2003).

E é exatamente este ponto que merece destaque neste trabalho, pois é a partir desse momento que o patrimônio cultural se relaciona com o turismo e é influenciado por ele, pois, o contato direto entre as culturas dos visitantes e da comunidade local proporcionado pelo aumento da atividade, cria bases para que as ciências sociais comecem a se preocupar com o turismo e o mesmo deixa de ser tratado como uma “indústria sem chaminés” e passa a visualizar seu caráter múltiplo, abrangente, não só para o ambiente econômico, mas para o social também.

Entretanto, para melhor entendimento dessa fase, se faz necessário compreender o que é considerado patrimônio cultural e para tal, é necessária a contextualização histórica do mesmo. Parte-se da afirmação de Barreto (2000, p. 9), que pesquisa no turismo, a definição exata dos conceitos, conforme esta autora “[...] até a primeira metade deste século, praticamente, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, e propriedade de grande luxo, associada às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil”.

Essa conceituação ao longo dos anos foi evoluindo em dois sentidos, inicialmente a visão de patrimônio como arte em um espaço visível e palpável foi ampliada e adicionaram as produções humanas intangíveis, suas formas de relacionamento com o



mundo em sociedade, tais como: religião, hábitos e costumes, danças, musicalidade, entre outros. O “saber fazer” humano foi valorizado, isso junto à mudança da visão histórica denominada “história oficial”, que apenas contava os sucessos das classes mais abastadas, para então a “história social”, que valoriza a cultura das classes oprimidas e suas formas de manutenção de sua própria cultura mesmo diante de adversidades. Isso resultou na institucionalização do patrimônio que historicamente associada ou à noção de memória, ou à noção de sagrado, ou à noção de herança de bens de família, começava a ganhar outro enfoque como a ideia de um patrimônio comum a um grupo social (RUBIM, 2005).

Com isso formavam-se as bases para o conceito expresso por Barreto (2000, p. 10) que é utilizado neste estudo:

A noção de patrimônio cultural [...] inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

Destaca-se aqui a importância de adicionar o imaterial ou intangível à noção de patrimônio, pois essa visão é vital para que as políticas gestoras da atividade turística diminuam ao máximo, o risco de sobrepor culturas ou apenas exaltar locais onde existam patrimônios tangíveis como oferta. Pois, como cita Fonseca (2003, p. 64):

É necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como seleção de edificação, sítios e obras de arte [...], mas como “narrativas”, ou, como sugere Mariza Veloso Motta Santos (1992), tomando de empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma “formação discursiva”, que permite “mapear” conteúdos simbólicos, visando descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira”.

Através desse princípio, vê-se a intangibilidade como parte formadora do patrimônio cultural. Com isso, a dificuldade para analisá-lo aumentou, pois como analisar algo que não podemos tocar? E mais intrigante ainda, como proteger algo que não está passível de toque e reformas tangíveis? Essa discussão foi atenuada com a explosão desordenada da atividade turística em meados dos anos 50. Nesse momento, um questionamento se estabelecia nas mentes da comunidade acadêmica: o turismo causava a conservação ou a destruição da cultura de uma localidade? O mesmo fez com que a atenção de antropólogos, geógrafos, biólogos, sociólogos e diversas outras áreas de conhecimento se voltassem ao turismo e a medição de seus impactos, e inicialmente as perspectivas em relação ao movimento eram inóspitas.

O processo inicial de deslumbre com a atividade foi radicalmente modificado para um sentimento de repulsa, como é exemplificada no trabalho do sociólogo catalão Francisco JUrdao Arrones (1992, p. 13), que em uma compilação de trabalhos formados por cientistas de áreas de conhecimento diversos, denominou o turismo como um



movimento de neocolonização, sendo uma “[...] invasão sem exércitos, mas invasões que colonizam e destroem as estruturas econômicas, políticas e, sobretudo culturais dos povos que sofrem diretamente os efeitos do turismo”.

Essa visão foi baseada no desgaste visualizado no levantamento da pesquisa, causado pela massificação da atividade turística em algumas localidades como o Havaí (EUA) e Caribe Ocidental que viram suas belezas naturais e culturais sendo amplamente exploradas, acarretando impactos negativos em todos os ambientes influenciados pelo turismo. As economias locais sofreram uma má divisão de renda que privilegiava os melhores salários e cargos de diretoria para profissionais externos e cargos mal-remunerados (faxina, carga, vigilância, etc.) para a comunidade local. O meio-ambiente também sofreu com a degradação causada por visitas, sem estudo de capacidade de carga, causando a destruição de seus recursos, além de vários outros impactos que poderiam ser aqui citados.

Ao final deste momento de explosão turística, a situação sociocultural em algumas localidades estava precária, o contato direto entre turistas e autóctones criou uma situação onde a população se via dominada pelo turista, e dessa forma a comunidade local se insere no turismo de forma marginalizada, acarretando o aumento do crime, da prostituição, do jogo, do terrorismo e dos conflitos causados por drogas (AGUIAR, 2002; DIAS, 1974). Às vezes, os turistas são considerados pessoas pelas quais se pode fazer negócio e obter publicidade (por exemplo, no caso do terrorismo). O turismo provocou também, descaracterização da cultura do lugar visitado: o amplamente reconhecido efeito demonstração levou ao desaparecimento da cultura da comunidade receptora, diante de outra mais forte (a do turista) (SWARBROOKE, 2000). Exemplo disso pode se visualizar em cidades turísticas do México, em Cancun, onde a descaracterização da população de origem maia da região de *Quintana Roo*, que ocorreu pela não inserção dos mesmos na atividade, levou a perda de seu idioma, a mudança do seu próprio modo de vestir, além de exploração sexual. Corroborando com as afirmações acima, o autor Burne (2005, p. 157) enfatiza em seus dados que “[...] o turismo deslocou 65% dos habitantes de Yucatán e Quintana RO, onde fica Cancún, e o efeito desse deslocamento só é comparável ao ocasionado pelos espanhóis há cinco séculos”.

Com a visualização de resultados como esse, os gestores da atividade começaram a compreender a mesma não como uma mágica solução econômica, mas como um processo capaz de criar um comportamento virótico, destruindo seus ambientes para então, partir para outro local e continuar o processo. A partir daí, o turismo passa a ser



duramente criticado dentro das ciências sociais, e as pressões aumentam para a criação de políticas para proteção do patrimônio cultural, dividindo-as em duas vertentes:

- a) *Preservacionismo*: que tendem a proteção “[...] no sentido restrito da palavra, resguardá-los” (BARRETTO, 2000, p. 14). Essa política prega que a cultura material e imaterial deve permanecer estática e imutável, mantendo sua áurea e função independente do momento social;
- b) *Conservacionista*: define a proteção como: “[...] guardar para que haja uma permanência no tempo” (BARRETTO, 2000, p. 15). Essa política cria formas de manutenção do patrimônio através de sua adequação com a atualidade, ou seja, reaproveitando-o de forma que haja um processo de revitalização através do equilíbrio entre o bem cultural e a sociedade na qual ele está inserido no presente.

Este trabalho toma como base as políticas de cunho conservacionista, pois políticas preservacionistas além de serem consideradas excludentes, pois tem a tendência de priorizar patrimônios de “pedra e cal” e “[...] produzir um retrato da nação que termina por identificar à cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada” (FONSECA, 2003, p. 64). Também acabam por causar a lenta destruição dos bens culturais pelo desuso, como é facilmente visualizado no Centro Histórico de São Luís, cidade foco deste trabalho. É notório que partir do momento que a época de chuvas se instala na capital do Maranhão, se torna uma constante encontrar notícias que informam que os casarões abandonados, incluídos como acervo do Patrimônio Cultural da Humanidade estão em situação crítica, causando sérios problemas de segurança aos visitantes e moradores locais por estarem passíveis de desabamento. Como informa o artesão Beto Duarte, de 28 anos, vizinho de um dos prédios com risco de desabamento na Rua do Giz em matéria concedida ao Jornal Imparcial em 25 de março de 2010: “A estrutura do prédio está cedendo e envergando para o lado do meu comércio. Por enquanto caíram apenas as paredes de dentro do prédio, quando cair a parte externa é que a tragédia vai ser grande”.

Como pode ser visualizada na figura 1 abaixo, independente da titulação como Patrimônio Cultural da Humanidade, os prédios que não possuem uma função de utilização no presente, acabam por ficar em péssimo estado de conservação, beirando o desaparecimento.

Foto 1 - Estado de Conservação de Casarão no Centro Histórico de São Luís – MA.



Fonte: Wilson (2012).

Portanto, a política atual pautada no preservacionismo trazido pelas leis de tombamento, um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN, 2006), não estão sendo eficientes na salva-guarda do patrimônio material local e pelo que se pode teorizar a grande dificuldade dessa política encontra-se quando o patrimônio que é considerado da humanidade pertence legalmente a uma pessoa física, causando um debate interminável que culmina no abandono ou no uso incorreto do patrimônio. Como informa Kátia Bogéa, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MA, órgão com a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro com a execução de políticas preservacionistas, através de entrevista ao site notícias da Amazônia:

Não existe o entendimento de que o patrimônio é deles, mas por estar localizado em uma área especial da cidade deve atender a uma série de restrições. E ainda que esse imóvel também é do conjunto da sociedade [...] esse é um dos problemas da lei, já que ela interfere na propriedade privada e assim gera uma série de conflitos.

O congelamento de bens tangíveis vem demonstrando ser de pouca eficácia. E o mesmo ocorre quando trata-se de bens intangíveis, pois, apesar do fato de que o processo de registro, considerado “um instrumento de salvaguarda, cujo objetivo é salvaguardar o desejo de uma comunidade em manter viva uma tradição” (IPHAN, 2006), não procura congelar o bem imaterial no tempo, paradoxalmente, não aceita mudanças, ou seja, se algum fator muda consistentemente no bem material o mesmo corre o risco de ser retirado do acervo. Portanto, este processo ainda não se adéqua a complexidade de



todas as possíveis variáveis de um bem imaterial e corre o risco de se transformar apenas no registro de algo que não mais existe, pois não é capaz de corroborar para a perpetuação do mesmo de outra forma, como cita Fonseca (2003, p. 69)

Impossível negar, por exemplo, que a arte do repente seja um patrimônio cultural do Brasil, mas também é tombá-la [...]. Haja vista efeitos inócuos do tombamento da edificação e dos equipamentos da fábrica de vinho de caju Tito Silva, em João Pessoa, realizado em 1981, visando à preservação desse modo de fazer.

É visível então que princípios preservacionistas não aceitam a mutabilidade, um movimento natural da cultura, e a mesma fica impossibilitada de acontecer. Não obstante, a proibição da tal movimento pode causar sua extinção, por não mais seguir o contexto social no qual está inserido. As consideradas “perdas” das políticas preservacionistas podem ser, na realidade, formas de manutenção do patrimônio imaterial. Conforme o antropólogo José Reinaldo Gonçalves (1996 apud FONSECA, 2003 p. 64), “[...] a ênfase na ideia de “perda” é tributária de uma noção de história como processo inexorável de destruição [...] sem que se levem em conta, de modo complementar, os processos inversos de permanência e recriação das diferenças em outros planos”.

Através da realização de políticas conservacionistas fica possível a viabilidade do patrimônio cultural como produto turístico, pois como vários exemplos demonstram, os processos de revitalização trazem frutos positivos para o patrimônio cultural local fortalecendo-o, como cita Barretto (2000, p. 32)

Mesmo autores que criticam o turismo por seus aspectos predatórios da natureza, admitiam, já na década passada, que o turismo estimulava a existência e reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, por meio de sua transformação em recurso recreacional, e que também propiciava a revitalização de atividades tradicionais de áreas em declínio e a redescoberta de cidades históricas [...].

Exemplos bem sucedidos, dessa política são inúmeros, como a ressignificação de prédios do patrimônio cultural é um movimento comum em grandes cidades históricas do país, tais como, Cidade Velha de Goiás, Petrópolis (RJ) e as cidades históricas de Minas Gerais. E esses são apenas alguns exemplos de como a atividade turística pode proporcionar meios para a conservação do patrimônio, a partir do momento que investe nos mesmos com uma visão de oferta turística e volta os olhos do mundo para esta localidade.

Não pretende-se aqui excluir totalmente as leis de preservação já tão incutidas na gestão local, pois, apesar das problemáticas descritas acima, essas ações vêm preservando o acervo patrimonial local. Entretanto é proposto nesse trabalho, que haja uma dinamicidade maior nesses processos e isso só ocorre a partir do momento que se aceita a condição de mutabilidade já amplamente discutida neste estudo.



Portanto, conclui-se aqui que o divisor de águas entre uma sociedade destruída pelo turismo e outra que se fortalece com ele, está nas ações de planejamento bem elaboradas e de acordo com filosofias sustentáveis e conservacionistas e são essas as políticas de base na qual as propostas realizadas nesse estudo estão calcadas.

CULTURA POPULAR E A IDENTIDADE LUDOVICENSE: ANTES E PÓS ATIVIDADE TURÍSTICA

Pode-se visualizar uma particularidade sobre a cultura popular no Maranhão, que é formada de forma pluri-racial, ou seja, os formadores da cultura estão dentro de grupos étnicos diversos que se relacionaram por motivos alheios à sua vontade, formalizando uma sociedade pluriétnica. Pode-se entender então, a origem da força da cultura popular maranhense: brancos, indígenas tupinambás e negros escravos estão simbolizados na bandeira e nas raízes das manifestações culturais. Entretanto, essa união nunca foi pacífica e até hoje o ludovicense possui sérios problemas para se adequar a essa cultura multi-racial (FERRETI, 2003).

E para que haja o entendimento da atual forma de viver e de se identificar desse indivíduo com sua cultura popular própria, é necessário inicialmente que se veja esse processo a partir de uma visão holística, que envolva principalmente o contexto histórico no qual a cultura popular local foi formada. E para tal, é necessário debater a problemática desde sua origem, séculos atrás, no momento de colonização das terras da ilha de São Luís.

Este retorno demonstra um contexto histórico no qual a cultura popular foi aceita e discriminada ao longo dos anos, de acordo com os valores e vontades das elites e autoridades da capital. No período da colonização, quando Portugal não detinha a organização necessária para se apoderar e governar toda a área recém-descoberta, fez-se cômodo aliar-se a indígenas, em sua maioria, tupinambás e suprimir revoltas com miudezas e promessas de reciprocidade, sendo aceitos inclusive costumes que para a cultura europeia eram caracterizados como bárbaros, tais como: nudez, festas, consumo de drogas naturais, etc, pela troca de liberdade de movimentação de europeus nas terras locais (DIAS, 1974).

As sinergias culturais, nesse momento foram realizadas em um processo de doutrinação pelos missionários jesuítas, patrocinada pela Coroa Portuguesa, que investiu nesse processo pela comodidade financeira, como cita Assunção (1999, p. 38) “[...] os



missionários jesuítas trabalharam para manter a dominação colonial em grande parte do imenso território brasileiro a um custo muito baixo para o Tesouro Real”.

Essa situação manteve-se até o momento em que as terras ludovicenses começaram a chamar atenção de países como Espanha, Holanda e até França que tentaram arrebatá-las de Portugal, acarretando um longo processo de lutas. Rios (2005, p. 10) esclarece que “São Luís foi fundada pelos franceses em 8 de setembro de 1612, passando, em 1615, para o domínio dos portugueses e ficando, a partir de 1641, três anos sob o domínio dos holandeses. Voltou depois para o jugo dos portugueses”.

Durante esse período de determinação de propriedade europeia, o processo de “doutrinação” cultural foi então bruscamente rompido pela abolição das missões jesuíticas e instituição da europeização, tendo como marco inicial a proibição da língua geral (a união da língua portuguesa com o tupi) em detrimento da língua portuguesa que, nesse momento histórico, foi considerada mais segura pela coroa por determinar quem eram os seus aliados através da identificação linguística.

Para viabilizar a proteção das terras contra novos ataques de outros países europeus, foi motivado pela Coroa o aumento da vinda de portugueses para as terras da capital para dar continuidade ao processo de colonização. Sendo formadas então, as primeiras elites europeias escravocratas que continuamente assustavam-se e criticavam o modo de vida dos nativos locais. Dentre os fatores mais criticados estava a nudez, característica dos nativos locais, que devido às altas temperaturas não conseguiam acostumar-se com as vestimentas impostas pela cultura dominante. Isso é demonstrado por uma carta indignada, escrita por um comerciante português e enviada a um jornal da época:

[...] Todos os dias vemos rapazes, e raparigas de 8,10, 12 anos totalmente nus por essas ruas; [...] He inegável que em outras cidades da Europa, [...], não vemos isto [...] He tal a pouca vergonha no Maranhão que de dia há quem se banhe nas fontes publicas, e nos poços particulares expostos ao publico, e isto no meio da Cidade [...] homens, mulheres de todas as idades! (FAROL MARANHENSE, 1829, p. 470).

Esse contexto de embate cultural manteve-se durante anos, tendo seu ápice na fase do Império Brasileiro, sendo que o vestuário, práticas religiosas e festas eram ditadas pela elite brasileiro-europeia e fatores que não se enquadravam nos “bons costumes” advindos de sua cultura, eram marginalizados e considerados inapropriados. Para tal, leis e sanções começaram a ser lançadas no intuito de elitizar os costumes da cultura popular sendo possível encontrar registros, que informam “[...] Cada vez que negros usassem tambores, batuques, violas, pandeiros e outros instrumentos, que fazem provocar danças



e ajuntamentos seriam penalizados com nove dias de prisão contínuos e cinquenta açoites” (MORAES, 1995, p. 218).

É claro que nesse contexto de perseguição os atores da cultura popular não estavam satisfeitos e isso era visualizado com preocupação pela elite. Com o temor crescente de revoltas, as autoridades locais visualizaram nas festas populares, por reunirem grandes concentrações da população oprimida, um celeiro potencial para manifestações, sendo assim duramente coibidas. Culminando na proibição dos denominados *batuques*, no ano de 1830 nas cidades, condenando as manifestações a áreas periféricas pré-determinadas, como cita Araújo (1991, p. 28) “[...] depois do toque de recolher são proibidos os batuques de negros dentro d’esta Villa, o Juiz de Paz designará o lugar para tais batuques”.

Dentre essas festas populares marginalizadas, estava a atualmente considerada a maior manifestação cultural de São Luís, sendo o principal fator de reconhecimento ludovicense dentro e fora do país, o bumba-meu-boi. De origem difusa, essa manifestação constitui-se no principal meio de libertação da revolta das classes subalternas, não apenas indígenas, pois o bumba-meu-boi também encarna fatores africanos em seus instrumentos e simetrias musicais. E, assim como os *batuques*, foi levada à periferia da cidade. Como cita Assunção (1999, p. 47) “[...] os donos dos bois depositavam requerimentos pedindo a autorização para ensaiar a brincadeira e sair nos dias dos festejos juninos. A Secretaria de Polícia, no entanto, somente concedia tais licenças para os lugares situados fora do centro da cidade”.

O bumba-meu-boi, assim como outras manifestações populares culturais e religiosas encontrava-se, nesse momento, sob as rédeas da cultura dominante. E é necessário focar que este processo de marginalização manteve-se até meados da década 80, como cita Mundicarmo Ferreti (2002, p. 11):

Em 1934, quando foi realizado em Recife o primeiro ‘Congresso Afro-Brasileiro’, era obrigatório o registro dos terreiros na polícia e, como foi denunciado naquele evento, as ‘macumbas’ e ‘catimbós’ eram perseguidas como crime e anomalia. Embora essa obrigatoriedade tenha caído há mais tempo na Bahia e em outros Estados, no Maranhão vigorou até mais ou menos 1988.

No Maranhão este contexto só passou por mudanças concretas a menos de trinta anos atrás. Pois é notório que mudanças culturais demandam tempo para ocorrer e os frutos preconceituosos da marginalização das classes oprimidas de mais de três séculos ainda se mantém no imaginário popular ludovicense até os dias de hoje. Seria por isso que a identidade local ainda encontra-se tão enfraquecida? Para compreender este questionamento é necessário destacar o momento e o contexto no qual a cultura popular converteu sua marginalização em exaltação e isso só vai ocorrer através de um processo



que se iniciou na década de 1960, onde um modelo político denominado “Milagre Econômico Brasileiro” (RIOS, 2005) instaurado pelo início da dinastia Sarney acarretou uma corrida desenvolvimentista para equiparar São Luís a outras capitais brasileiras, como cita Rios (2005, p. 63):

A cidade muda a sua estrutura física, o acesso a determinadas localidades é facilitado, a energia elétrica que existia somente no centro passa ser distribuída para outros lugares. O Estado investe para que o Maranhão pudesse acompanhar o desenvolvimento dos demais. Para isso, deu continuidade ao processo nas décadas de 70 e 80 apoiado com o advento e a expansão do capital internacional, resultando disso a instalação de um Distrito Industrial com seu ápice apontando para o Projeto Carajás.

E é nesse momento que a cultura popular começa a ganhar destaque pelo governo local que investe na área por visualizá-la como potencialidade para uma atividade que ganhava força mundial: o turismo. Como informa Rios (2005, p. 63) “[...] é no governo de José Sarney que começa a prática de apresentar grupos de Bumba-meu-boi no palácio do governo, como um produto exótico para turistas e visitantes oficiais. O pagamento era sempre em garrafas de cachaça”.

O turismo estava em alta e aparentava potencial para crescer vertiginosamente em São Luís e o segmento mais provável de reconhecimento mercadológico era o turismo cultural. Entretanto, a evolução não foi tão latente quanto era imaginada, pois o turismo cultural apesar de toda sua potencialidade de festas, danças e musicalidade, atualmente não é o principal motivador da vinda de turistas a São Luís como informa Gisele Aranha, Coordenadora de Análise Mercadológica da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) em entrevista: “a maior parte de turistas que vêm a São Luís, são, indiscutivelmente, turistas do segmento de negócios”.

É inegável que no contexto atual, talvez seja possível debater se o turismo não seria apenas outra forma de apropriação da cultura elitista em detrimento da cultura popular, ou, seria uma nova forma de colonização? Como denuncia João de Deus Vieira Barros, professor da Universidade Federal do Maranhão “antes de sair do limbo, o bumba-meu-boi era uma manifestação de resistência. Mas ao longo do tempo vem sendo cada vez mais utilizado para manter o *status quo*. Na época de São João, há uma inflação de fotos de políticos ao lado de brincantes nos jornais”. (BARROS apud ARAÚJO J., 2010).

Através dessa citação, é possível notar que a manifestação está perdendo seu sentido original e sendo usada por alguns grupos políticos como uma boa maneira de arrecadar votos em épocas eleitorais. Entretanto, a questão política dessa citação é que deve ser tratada com preocupação, a partir do momento que mudanças na manifestação cultural dão-se de forma manipulada por motivos que estão alheios aos seus atores



formadores, ou seja, as mudanças ocorridas não são formadas pelo povo que o criou, mas sim por influências externas não-naturais, é que encontra-se a problemática principal que envolve o turismo e a cultura local.

Neste trabalho parte-se do princípio visualizado por Ferreti (2003, p. 7) “[...] de modo geral, o maranhense não gosta e não aceita que se fale mal de sua terra, gosta dos que elogiam, mas conhece pouco e não sabe apreciar devidamente as tradições locais”. Essa não se trata de uma verdade indiscutível, como o mesmo afirma, e por esse motivo, em pesquisa de campo realizada para este trabalho e que irá ser exposta mais a frente, este aspecto será mais bem avaliado, entretanto essa questão é visualizada de forma empírica através da convivência com ludovicenses, isso é exemplificado quando muitos jovens locais apreciam músicas baianas que possuem ritmos e letras africanas, mas ignoram ou sentem medo de ouvir músicas de cantores locais como o trabalho Tecnomacumba de Rita Ribeiro³.

Entretanto, é notório o imenso preconceito contra as religiões que praticam o denominado tambor de mina, em que o senso comum trata essa religiosidade com medo e apreensão, corroborando em um contexto onde mesmo os praticantes da religião se sentem coibidos a assumir essa verdade. Trata-se, portanto, de um processo em longo prazo que necessita de um passo inicial consciente e devidamente planejado para que as gerações futuras possam colher os frutos plantados no hoje.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, qualitativa e interpretativa que “[...] busca compreender o fenômeno a partir dos próprios dados, das referências fornecidas pela população estudada e dos significados atribuídos ao fenômeno pela população” (MYERS, 2000 p. 50). Inicialmente, realizou-se um levantamento de dados com um processo de pesquisa de gabinete que envolveu livros, periódicos, incluindo pesquisa virtual.

Realizou-se pesquisa de campo, onde foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas diretamente com 200 ludovicenses via internet com a postagem do mesmo em *link* virtual e através de visitas *in loco* em bairros de São Luís no período entre os dias 05 e 28 de setembro de 2010.

³ Cantora maranhense que dedica seu trabalho artístico a cantos de macumba.



TURISMO E A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: CASO SÃO LUÍS

Analisa-se a noção de conceitos de cultura e identidade mais comum entre o público-alvo [57% feminino e 43% masculino, com maioria na faixa etária entre 15 e 30 anos 82%], e como resposta visualiza-se uma tendência a conceituar cultura com uma visão tendente ao sentido de erudição, negligenciando a teoria da cultura como “lente através da qual o homem vê o mundo”, ou seja, a cultura é vista como algo transmitido em instituições de ensino e não criada a produção popular. Esse contexto é mais preocupante devido ao nível de escolaridade (36% superior incompleto, 16% com 2º grau completo e e 17% com 2º grau incompleto) razoável do perfil de entrevistados, o que leva a questionamentos sobre a importância de discutir de forma aprofundada as premissas teóricas da cultura na academia para que essas conceituações distantes da realidade sejam amenizadas.

Questionados ainda sobre o conceito de cultura, ao ser analisada a grande porcentagem visualizada para a opção “outro” foi possível identificar características conceituais que colocaram a cultura como uma experiência ou manifestação popular com ênfase na questão da necessidade de transmissão através do tempo, o que é uma característica que está de acordo com as questões de herança cultural, demonstrando assim um momento de transição conceitual, ou seja, o público pesquisado ainda possui conceitos de cultura obsoletos, mas já demonstra uma tendência de evolução do entendimento sobre cultura como produção de uma sociedade como um todo.

Na análise conceitual da identidade, outra temática que envolve esse estudo, obtém-se um resultado que demonstra que o conceito de identidade já está mais de acordo com a realidade acadêmica a partir do momento que 54% dos entrevistados escolheram um conceito que determina este vetor como algo simbólico e compartilhado historicamente e 29% como fator de diferenciação entre grupos sociais, referindo-se à identidade como algo mais consciente. Entretanto, 11% dos entrevistados delimitam identidade a partir de uma divisão étnica, fato preocupante por definir uma tendência à não visualização holística da identidade ludovicense, formatando bases para um processo de preconceito racial, ou seja, a partir do momento que essa porcentagem se depara com a cultura de um grupo étnico diferente do seu, a tendência a não se apropriar de tal cultura é grande, pois a mesma não a vê como parte de seu grupo. Essa concepção em uma sociedade pluriétnica, como a encontrada em São Luís do Maranhão constitui-se em uma problemática que merece atenção.



Partindo desses conceitos, percebe-se que a grande maioria dos ludovicenses acreditam que São Luís é uma cidade cultural e confirmando o reconhecimento interno sobre a variedade de potencialidades culturais, 40% dos entrevistados delimitam a diversidade cultural como a principal motivação para essa afirmação. De forma que, 27% enfatizam os aspectos culturais avulsos, tais como: culinária, festas, danças e delegam 18% à questões ligadas ao patrimônio histórico e arquitetônico, o que demonstra que apesar do título de Patrimônio da Humanidade, que protege principalmente as produções arquitetônicas locais, o ludovicense possui a concepção de que sua potencialidade cultural vai muito além da *pedra e cal*. E apenas 15% ligam-se a motivações ligadas à origem pluriétnica da localidade, o que faz com que se retorne à questão de que certa parte dos ludovicenses ainda não se adequaram completamente a esse conceito múltiplo de sua origem.

Dentre essa diversidade cultural apontada no questionamento anterior, percebe-se que o ludovicense identifica-se mais com as manifestações ligadas a produção rítmica, de forma que as danças e festas locais figuram como principais atrativos para 58% dos entrevistados. Corroborando tal fato, a musicalidade é citada logo após, com 13%. Citam também o artesanato (11%) e gastronomia (12%). Entretanto, um ponto que merece maior debate é a indicação mínima da religiosidade, com apenas 7%, sendo delimitada como o aspecto da cultura que menos chama atenção.

Esse resultado é impactante pois, São Luís constitui-se em uma cidade majoritariamente negra, conforme já foi descrito anteriormente nesse estudo e portanto, conta com grandes influências afro-religiosas, com origens na realeza africana, como informa Ferreti (2003, p. 11) “[...] a Casa das Minas Jêje da Rua São Pantaleão [...] como identificado por pesquisadores, foi fundada por uma rainha procedente do reino do Daomé, trazida como escrava, confirmando que para o Maranhão também vieram negros da nobreza”. Assim, um questionamento válido encontrado nesta pesquisa são os motivos que levam o ludovicense apesar de ter influências histórico-religiosas tão fortes, abandonar este vetor de forma tão consistente. Tal fato é corroborado pelos fatos quando se chega ao resultado de que a maioria dos ludovicenses entrevistados (65%) nunca foi a nenhum local onde esta religião se manifesta, devido as seguintes motivações: 34% dos entrevistados clamam que nunca tiveram oportunidade de conhecer tais lugares, o que pode ser explicado pela tendência misteriosa e fechada dessas manifestações religiosas que dificultam processos de reconhecimento.

Entretanto, mudanças nesse comportamento são visualizadas ao longo dos anos e os responsáveis por estas casas já permitem visitas agendadas que não atrapalham o

funcionamento do local e demonstram através de um processo de vivência, as singularidades culturais que envolvem esta manifestação.

Retirando os processos de tombamento que são de eficiência discutíveis, não existe nenhum processo de grande porte que vise elevar o interesse público e principalmente desmistificar conceitos sobre esta manifestação e ações como essa são de vital importância para a cultura local, pelo fator multiplicador dessa religiosidade, ou seja, esta manifestação engloba não apenas o vetor religioso, mas inúmeros outros fatores culturais por fazer parte de um processo que envolve toda a produção cultural negra, sua implantação e influência na comunidade ludovicense.

Em um terceiro momento da pesquisa que visa o diagnóstico ao turístico local, foram encontrados resultados que demonstraram grande tendência à aceitação da população com altos níveis de avaliação positiva em relação ao marketing turístico e o próprio turismo como elo entre o ludovicense e sua cultura. De forma que como pode ser visto nos gráficos 1 e 2.

Esta pesquisa corrobora a análise de que a população ludovicense ainda tem uma relação pacífica e até mesmo esperançosa com a atividade turística, a partir do momento que a grande maioria acredita no turismo como uma ferramenta positiva para a propagação da cultura e da identidade local, o que enfoca que um planejamento nesse sentido tenha potencialidade para ser bem sucedido pelo seu grau de aceitação.

Gráfico 1 – Turismo como ferramenta de fomento à cultura local



Gráfico 2 – Turismo como ferramenta de propagação da cultura local



Vê-se nos gráficos 1 e 2 que o turismo é uma forte ferramenta de apoio para a propagação da identidade cultural. Ela contribui para o fortalecimento de pertence, quando está direcionada aos aportes do planejamento turístico adequado, conforme comentado anteriormente.

A sustentabilidade desta ação se dá, a partir do momento que o turismo é organizado de forma que as ações públicas e privadas, entendam que estratégias devem ser bem elaboradas e aplicadas corretamente, de maneira que o turismo não interfira negativamente, mas sim positivamente, fazendo com que a atividade seja um elo entre a comunidade e a sua identidade.

A valorização que o turismo promove da cultural local, é proveniente também de ações estratégicas bem elaboradas.

Já nos gráficos 3 e 4 é analisado como o ludovicense encara as atividades de marketing turístico e sua eficiência e aplicabilidade a cultura local e novamente são determinados altos níveis de tendência ao sucesso em uma campanha de marketing turístico que propague a cultura entre a comunidade local.

Gráfico 3 - Capacidade do marketing turístico em causar o fortalecimento da identidade



Gráfico 4 - Capacidade de disseminação cultura de campanhas de marketing turístico



O marketing turístico aliado às fortalezas da identidade cultural tem possibilidade de alavancar o sentimento cultural de um local, fazendo com que os autóctones se vejam naquele ambiente, e tenham a certeza de que a sua identidade cultural é válida e forte.

O turismo quando bem trabalhado e apoiado nos princípios do marketing, leva a uma propagação positiva da cultura do lugar. O marketing é uma ferramenta fundamental para transformar o sentimento de “alma do lugar”, em pertença. Ou seja, as estratégias utilizadas pelo marketing vão promover a cultura, fazendo com que a sociedade veja o valor que a cultura local possui.

Altos níveis de aceitação também foram notados sobre o apoio do ludovicense a uma campanha que visasse propagar o orgulho e o amor à cidade em que reside, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Apoio individual a campanha “eu amo ser ludovicense”



Isso demonstra que os ludovicenses possuem orgulho de sua cidade. Mas enfoca-se que é necessário mais ações públicas e privadas de forma que alie o turismo a este aspecto, ampliando cada vez mais esta concepção de orgulho.



CONCLUSÃO

É possível concluir que atualmente em São Luís é notório pela posição tomada por muitos moradores locais em relação à sua produção local, que esse elo com a sua “ludovicensidade” está debilitado, ou seja, que o sentido de lugar do morador de alguns ludovicenses facilmente se desfaz.

Uma questão teórica completamente aceita, é que para o turismo ser provedor de impactos positivos, este tem que estar baseado nas premissas sustentáveis, mas tais concepções estão em constante embate com o sentido capitalista que move o globo atualmente, portanto, meios que permitam à sustentabilidade um retorno lucrativo de qualquer forma, vem fazendo com que ações nesse sentido estejam finalmente saindo do plano das ideias e sendo aplicadas. Apesar dos meios não serem os mais distintos, o fato é que em um mundo onde a grande mola de movimentação reside no conhecimento para obtenção do capital a conscientização sustentável seria fadada a utopia se esperasse que as mudanças ocorressem apenas pela boa vontade do ser humano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marina Rodrigues de; DIAS, Reinaldo. **Fundamentos do turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas, SP: Alínea, 2002.

ARAÚJO, João Mauro. **Sua majestade, o boi**. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=244&Artigo_ID=3849&IDCategoria=4239&reftype=1&Breadcrumb=1>. Acesso em: 11 out. 2010.

ARAÚJO, Munidinha. **Dos batuques aos bailes de reggae**: a repressão continua. São Luís: Alumar, 1991. (Série Vaga-Lume - Suplemento Cultural do SIOGE).

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. A formação da cultura popular maranhense: algumas reflexões preliminares. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 14, 1999.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do Planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. atual. São Paulo: SENAC, 2001.

BURNE, Arnaz. **Aportaciones culturales de los cubanos que migraron a Cancún, Quitana Roo, México de 1992 a 2002**. México: D.F, 2005.

CASARÕES coloniais ameaçam cair no Centro Histórico da Capital. Disponível em: <<http://www.oimparcialonline.com.br/noticias.php?id=39564>>. Acesso em: 2 set. 2010.



DIAS, Erasmo. A influência da maconha no folclore maranhense. **Revista Maranhense da cultura I**, n. 1, 1974.

ESTACIONAMENTOS irregulares ameaçam patrimônio histórico do Maranhão. Disponível em: <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br/3904-estacionamentos-irregulares-ameacam-patrimonio-historico-no-maranhao/>>. Acesso em: 2 set. 2010.

FAROL MARANHENSE. São Luís, 1829.

FERRETI, Munidicarmo. Opressão e resistência na religião afro-brasileira. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 23, São Luís, 2002.

FERRETI, Sérgio F. Identidade Cultural Maranhense na perspectiva da Antropologia. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 27, São Luís, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IPHAN. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Brasília: IPHAN, 2006.

INSKEEP, E. **Tourism planning**: an integrated and sustainable development approach. New York: Reinhold, 1991.

JURDÃO ARRONES, Francisco (Org.). **Los mitos del turismo**. Madrid: Endymion, 2003.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo conceito, modelos e sistemas**. [S. l.]: Eleph, 2008.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
MOLINA. Sérgio. **O pós-turismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís**. São Luís: Legenda, 1995.

MYERS, Michael. **Qualitative research in information systems**. Disponível em: <<http://www.auckland.ac.nz/msis/isworld/>>. Acesso em: 5 out. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIOS, Adriano Farias. Uma “Flânerie” no lombo do boi da Maioba: refletindo a tradição/modernidade na cultura popular maranhense. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 4, jul./dez. 2005.

RUBIM, Antonio A. **Canelas Espetáculo**. (Org.). In: CULTURA E ATUALIDADE. Salvador: EDUFBA, 2005.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**. São Paulo: Aleph, 2000.



WILSON, Ed. **Escombros no centro histórico de São Luís**. Disponível em:<
<http://blogdoedwilson.blogspot.com.br/2010/08/escombros-no-centro-historico-de-sao.html>>. Acesso em: 5 out. 2010.

